



CAO CONSUMIDOR

BOLETIM INFORMATIVO



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Editorial

Atento às demandas da sociedade, o CAO Consumidor apresenta a 2ª Edição do ano de 2025 do Boletim Informativo, contendo os principais acontecimentos relacionados ao mercado e aos consumidores.

Nesta edição, além das principais iniciativas do Ministério Público na fiscalização de práticas abusivas e de decisões judiciais relevantes que moldam o cenário da proteção ao consumidor no Brasil, o CAO Consumidor traz um panorama sobre as mudanças legislativas no campo da defesa do consumidor.

Outra novidade desta edição é a inauguração de um espaço dedicado à cultura, contendo indicações de livros, filmes, séries, documentários, entre outras referências que possam enriquecer o conhecimento na área.

Diante de um cenário dinâmico e desafiador, o CAO Consumidor reforça seu compromisso com a sociedade, atuando para garantir que os direitos dos consumidores sejam protegidos e respeitados. Contamos com a sua participação e sugestões para seguirmos aprimorando nossas ações e informações.

Equipe Cao Consumidor

Sumário

Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais	4
Atuação do Ministério Público Federal	6
Novidades Legislativas	7
Atualizações do STJ e STF	8
Notícias Gerais	9
Cultura	10

Equipe Técnica

Carlos Henrique Richter

Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Consumidor;

Andreia Monte Alegre Bezerra de Menezes

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO-Consumidor

Jessica Brenda Steinbach do Carmo

Auxiliar Ministerial

Alessandro Aparecido da Silva

Residente

Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

➡ **MPMG:** O Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais, com o objetivo de fortalecer a proteção dos direitos dos consumidores no estado, lança o "Roteiro de Atuação – Shows, Eventos e outros Serviços Esportivos, de Lazer e de Entretenimento". O guia busca apoiar Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor e Procons Municipais, oferecendo orientações práticas para lidar com denúncias e reclamações relacionadas a eventos no estado. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **MPPR:** O Ministério Público de Roraima (MPPR) e a Delegacia de Defesa do Consumidor lançaram, em 12 de fevereiro, o projeto "Meu Dinheiro Blindado", voltado para a orientação de servidores públicos sobre superendividamento e crimes virtuais. A iniciativa, que prevê palestras ministradas pelo Promotor Adriano Ávila e pelo Delegado Eduardo Patrício, teve sua primeira edição no Fórum do Tribunal do Júri de Bonfim, reunindo 72 agentes públicos. O projeto surge diante do crescimento do endividamento no Brasil, que já atingia 73 milhões de pessoas em 2024, e busca conscientizar sobre prevenção a golpes financeiros, destacando a importância da denúncia imediata. Com cronograma definido, a próxima etapa será em março, em Rorainópolis, e o projeto deve alcançar todos os municípios do estado. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **MPSP:** O Ministério Público de São Paulo (MPSP) solicitou ao Tribunal de Justiça de São Paulo a instauração de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas para unificar o entendimento sobre a contratação de crédito consignado por idosos. O MPSP defende que, caso o consumidor idoso negue a contratação, o ônus da prova deve recair sobre a instituição financeira, que precisará demonstrar que forneceu informações claras e precisas sobre o contrato, não bastando apenas a assinatura do documento ou a disponibilização dos valores em conta. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

➡ **MPSC:** O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) lançou a campanha “Não clica que é golpe”, com o objetivo de alertar a população sobre os riscos de fraudes envolvendo QR Codes. A iniciativa busca conscientizar consumidores sobre golpes cibernéticos, que utilizam códigos adulterados para direcionar vítimas a sites maliciosos, resultando no roubo de dados pessoais e financeiros. Como parte da campanha, o MPSC orienta sobre medidas preventivas, como verificar a autenticidade dos códigos, evitar fornecer informações sensíveis e manter dispositivos atualizados. O combate aos crimes cibernéticos faz parte das prioridades do Plano Geral de Atuação do MPSC, que define as diretrizes estratégicas da instituição. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **MPPI:** O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), órgão do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), apresentou, na última sexta-feira (21), durante a 12ª Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC), estratégias para aprimorar a defesa do consumidor por meio da análise de dados. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **MPRN:** O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou a um plano de saúde que cesse a imposição da biometria facial como único meio de identificação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A recomendação expedida pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mossoró, visa garantir que a Unimed Natal ofereça alternativas adequadas e acessíveis para esses usuários, como biometria digital, impressão digital ou cartão magnético. [clique aqui](#).

Atuação do Ministério Público Federal

➡ O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação conjunta para que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tome as medidas necessárias para inibir cancelamentos unilaterais e injustificados dos planos de saúde de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No documento, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a Câmara de Consumidor e Ordem Econômica (3CCR), órgãos do MPF, alegam que a prática é discriminatória e viola direitos constitucionais e legais dessas pessoas aos serviços de saúde. A ANS têm 45 dias para informar as ações adotadas. Para ler a notícia na íntegra, [**clique aqui.**](#)

➡ O aumento da oferta de produtos financeiros no Brasil tem levantado preocupações sobre a transparência na relação entre bancos e consumidores. Diante do alto volume de judicializações e reclamações, o Ministério Público Federal (MPF) reuniu-se na terça-feira (11/02) com representantes da Caixa Econômica Federal, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para debater soluções para os principais desafios do setor. Para ler a notícia na íntegra, [**clique aqui.**](#)

➡ O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para apurar uso indevido de dados por redes de farmácias, com o objetivo de analisar possíveis ilegalidades na prática dessas empresas, que coletam dados pessoais, especialmente o CPF, sob a justificativa de oferecer descontos. A apuração está sendo conduzida pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro (PRDC) e visa verificar se essa prática configura violação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao Código de Defesa do Consumidor (CDC). Para ler a notícia na íntegra, [**clique aqui.**](#)

Novidades legislativas

PL 4.908/2024

Ementa: Cria o Selo de Segurança Digital e estabelece requisitos para a transparência e qualidade das informações veiculadas nos anúncios digitais.

PL 4.855/2024

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações disponibilizarem opção de rescisão de serviços contratados nas suas páginas na internet.

PL 4.197/2024

Ementa: Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para dispor acerca da competência da ANS de criar e operar um Sistema Nacional de Coleta de Dados em Saúde Suplementar e um Programa de Avaliação Pública da Qualidade dos Planos de Saúde.

Atualizações STJ e STF

➡ **STJ** O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, negou o pedido de liminar apresentado pela 123 Viagens e Turismo Ltda., empresa em recuperação judicial e integrante do Grupo 123 Milhas., [clique aqui](#).

➡ O **Supremo Tribunal Federal (STF)** reafirmou que acordos internacionais, como as Convenções de Varsóvia e de Montreal, se sobrepõem às normas nacionais em casos de extravio, dano ou atraso de cargas em voos internacionais. A decisão, unânime, foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1520841. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **STJ - RECURSOS REPETITIVOS** Tema: Contrato de seguro. Sub-rogação do segurador. Transmissão de prerrogativas processuais. Condição de consumidor. Impossibilidade. Tema 1282.

Destaque: O pagamento de indenização por sinistro não gera para a seguradora a sub-rogação de prerrogativas processuais dos consumidores, em especial quanto à competência na ação regressiva. [Inteiro Teor](#).

➡ **STJ** - A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as sanções previstas no artigo 104-A, parágrafo 2º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) incidem na hipótese do não comparecimento injustificado do credor à audiência de conciliação realizada na fase pré-processual do processo de repactuação de dívidas, independentemente de já ter sido instaurado o processo judicial litigioso. [Íntegra](#).

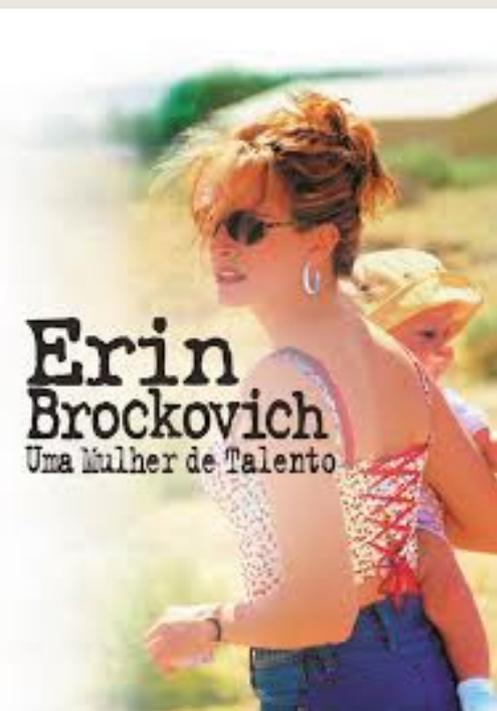
Notícias Gerais

➡ **ANS:** Entrou em vigor neste mês de fevereiro uma resolução da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, que traz mudanças sobre o cancelamento de planos de saúde por inadimplência. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **ANATEL:** A Anatel lançou no mês de fevereiro a campanha #FiqueEsperto 2025 para alertar consumidores sobre fraudes na internet, como boletos falsos, golpes via Pix e WhatsApp clonado. A ação ocorre em razão do Dia da Internet Segura (11/02) e seguirá até março, com postagens educativas nas redes sociais e alertas via SMS e e-mail das operadoras. O movimento conta com 19 instituições parceiras, incluindo bancos, Polícia Federal e WhatsApp. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **Procon SP:** O Procon-SP realizou uma enquete sobre a percepção do consumidor em relação a jogos e apostas, que indicou resultados preocupantes: entre os participantes que afirmaram fazer apostas e/ou jogar on-line (251): 71% (177) confirmam mais perdas financeiras do que ganhos e 39% atualmente possuem dívidas em razão da atividade. Para ler a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

➡ **Procon MT:** Servidores das 51 unidades de Procons Municipais de Mato Grosso e do Procon Estadual se reuniram em Cuiabá para participar da 47ª Reunião Técnica de Procons. A formação, que ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas de Mato Grosso (Sinttcontas), nos dias 26 e 27 de fevereiro, foi promovida pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc), por meio do Procon Estadual, e reúne 73 servidores. [Íntegra](#).



Erin Brockovich - Uma Mulher de Talento

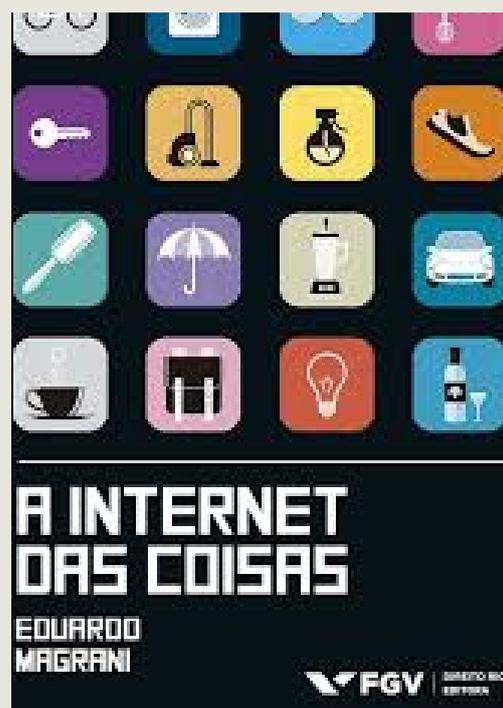
Erin (Julia Roberts) é a mãe de três filhos que trabalha num pequeno escritório de advocacia. Quando descobre que a água de uma cidade no deserto está sendo contaminada e espalhando doenças entre seus habitantes, convence seu chefe a deixá-la investigar o assunto. A partir de então, utilizando-se de todas as suas qualidades naturais, desde a fala macia e convincente até seus atributos físicos, consegue convencer os cidadãos da cidade a cooperarem com ela, fazendo com que tenha em mãos um processo de 333 milhões de dólares.

Disponível no Prime Vídeo



A Internet das Coisas - Eduardo Magrani

A interação contínua entre dispositivos inteligentes, sensores e pessoas aponta para o número crescente de dados que estão sendo produzidos, armazenados e processados, alterando, sob diversos aspectos e de forma crescente, nosso cotidiano. Por um lado, o contexto de hiperconectividade pode trazer benefícios econômicos ao Estado, a empresas, bem como comodidade aos consumidores. Por outro, a crescente conectividade traz desafios significativos nas esferas de proteção da privacidade e segurança, impactando, em última instância, a própria democracia. Este trabalho aborda alguns destes desafios decorrentes do avanço do cenário denominado de Internet das Coisas (IoT).



SUGIRA,
COMPARTILHE,
PARTICIPE!

Já estamos preparando a próxima edição e queremos contar com você! Mande suas sugestões até 20.3.2025 e ajude a tornar o boletim ainda mais interessante!

cao.consumidor@mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO de Defesa do Consumidor

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br